

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS

Perguntas e Respostas

Data da última atualização
01/02/2016



Secretaria Nacional de Assistência Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Índice de perguntas

1. O que é o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências?
2. Quais municípios são elegíveis para fazer o aceite do cofinanciamento federal para a oferta do serviço?
3. Qual o valor do cofinanciamento federal?
4. Meu município está em situação de Emergência pelo Ministério da Integração devido à seca, posso acionar o cofinanciamento para oferta do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências?
5. Posso acionar o cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências para ajudar na reconstrução de edificações do território, como para reparo de telhados e habitações danificadas?
6. Como faço para acionar o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências?
7. Quais as legislações vigentes na assistência social sobre emergências e calamidades públicas?
8. Tenho outras dúvidas sobre o serviço, onde posso obter mais informações?

1. O que é o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências?

O Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências é um serviço de proteção especial do SUAS para enfrentamento de situações de Calamidades Públicas e Emergências reconhecidas pelo Ministério da Integração. O serviço está previsto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e é regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013. O objetivo do serviço é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção de abrigos temporários como estratégia de resposta a esses eventos.

2. Quais entes são elegíveis para fazer o aceite do cofinanciamento federal para a oferta do serviço?

Todos os estados, Distrito Federal e municípios são elegíveis. O aceite do serviço pode ser feito tanto antes, como posteriormente à ocorrência de algum desastre. É importante ressaltar que mesmo que o aceite seja feito de forma antecipada o repasse de recurso só ocorre depois de preenchidos os requisitos elencados na portaria MDS nº 90/2013.

3. Qual o valor do cofinanciamento federal?

O valor do cofinanciamento é calculado a partir de uma série de critérios elencados no Anexo I da Portaria MDS nº 90/2013. Os critérios são: quantidade de pessoas desabrigadas e/ou desalojadas; intensidade da emergência ou calamidade; grau de vulnerabilidade a partir do percentual da população atingida; a regularização de benefícios eventuais regulamentados no município ou Distrito Federal.

O valor de referência atual é R\$20.000,00 reais mensais, transferidos fundo a fundo, para cada grupo de 50 pessoas. Esse valor sofre modificações segundo os critérios elencados anteriormente e vai se recompondo à medida que o número de pessoas aumenta devido ao ganho de escala na resposta. Os detalhes do cálculo constam no Anexo I da Portaria MDS nº 90/2013. A continuidade do repasse e regularidade dependerá do período de vigência da decretação do estado de calamidade pública ou situação de emergência, podendo ser prorrogado por até 12 meses depois de encerrado o reconhecimento da situação, nos termos do parágrafo 2 do artigo 10 da Resolução CNAS nº 12 de 11 de junho de 2013.

4. Meu município está em situação de Emergência pelo Ministério da Integração devido à seca, posso acionar o cofinanciamento para oferta do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências?

De forma geral, situações de emergência devido à seca não requerem a estruturação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências em todas as suas provisões. Geralmente, a seca em si não demanda do poder público a estruturação de abrigos temporários. As pessoas não perdem suas casas, perdem seus meios de subsistência. Para esses casos, existe uma série de outras estratégias que articulam várias políticas públicas que podem ser utilizadas para atender essa população, como a operação carro pipa, programas de transferência de renda e a bolsa estiagem.

O governo federal é sensível a essa questão, por isso criou o Observatório da Seca - <http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/> - Nesse site o gestor local pode consultar todas as políticas que ele pode acionar em situação de seca, os contatos e pode, inclusive, consultar quais políticas o ente já está executando.

5. Posso acionar o cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências para ajudar na reconstrução de edificações do território, como para reparo de telhados e habitações danificadas?

Atividades de reconstrução não fazem parte das provisões do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas. Essas atividades estão contempladas nas ações da Defesa Civil, que possuem programas e regras específicas para reconstrução após Estados de Calamidades Públicas e Situações de Emergência. Mais informações podem ser obtidas na ouvidoria geral do Ministério da Integração (MI) 0800-610021 ou no site <http://www.mi.gov.br/defesacivil>

6. Como faço para acionar o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências?

Para acionar o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências o gestor da Assistência Social local deverá encaminhar para a Secretaria Nacional de Assistência Social os três documentos elencados no Artigo 7º da Portaria MDS nº 90/2013.

São quatro passos para acionar o serviço:

a) Ser elegível para o cofinanciamento federal

- Deve haver pessoas desabrigadas e/ou desalojadas necessitando de abrigos temporários e proteção social especial

- O estado, Distrito Federal, ou município deve estar em estado de calamidade pública ou estado de emergência, devidamente reconhecido pelo Ministério da Integração (MI). Mais informações sobre o reconhecimento podem ser obtidas na ouvidoria geral do MI 0800-610021 ou no site <http://www.mi.gov.br/defesacivil>

b) Realizar o aceite do serviço

- Para receber o cofinanciamento o gestor local da Assistência Social deve assinar o Termo de Aceite do serviço e enviar por meio físico e por meio eletrônico, os endereços constam abaixo.

c) Preencher o requerimento com a exposição dos motivos

- O requerimento, contendo a exposição de motivos que justifiquem o apoio pela União, consta no Anexo II, da Portaria MDS nº 90/2013.

d) Enviar os documentos

Os documentos são: (a) *o decreto de reconhecimento da situação pelo Ministério da Integração*, (b) *o requerimento com a exposição de motivos constante no Anexo II* e (c) *o termo de aceite celebrado pelo gestor local*.

Os documentos devem ser encaminhados por meio físico para o endereço:

Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS SPN 515 – W3 Norte, Bloco B, Edifício Ômega – 1º andar CEP: 70.770-502 – Brasília/DF
--

E também por meio digital para o e-mail protecaosocialespecial@mds.gov.br

7. Quais as legislações vigentes na assistência social sobre emergências e calamidades públicas?

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

Decreto nº 6.037, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o artigo 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm

Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Tipifica o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências. <http://www.mds.gov.br/acesso-a->

informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf/view

Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, que prevê a antecipação do calendário de pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC aos beneficiários de municípios em estado de calamidade pública, reconhecidos por ato do Governo Federal, bem como o valor correspondente a uma renda mensal do benefício devido, mediante opção dos beneficiários; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7223.htm

Resolução nº 07, de 17 de maio de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, e a Resolução nº 12, de 11 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõem sobre parâmetros e critérios para a transferência de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dá outras providências. Essas são as pactuações que fundamentam a Portaria MDS nº 90/2013.

http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cit/resolucoes-cit/2013/Resolucao_CIT_no7_2013%20parte%201.pdf

<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucao-12-11-06-2013.pdf/download>

Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social que regulamenta o Serviço de Proteção em Situação de Emergências e Calamidades Públicas.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/09/2013&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=120>

8. Tenho outras dúvidas sobre o serviço, onde posso obter mais informações?

O Ministério do Desenvolvimento Social se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos por meio de sua ouvidoria, no telefone: (61) 0800 707 2003 e pelo formulário eletrônico: http://www.mds.gov.br/form_ouvidoria

Conheça mais sobre o MDS
www.mds.gov.br

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA